

BLOCO TEMÁTICO 5 - ADMINISTRAÇÃO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:
o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo. **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões. Faltando **30 minutos** para o fim da prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;
Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;
Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;
Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;
Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;
Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
Boa sorte!

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2507287267M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Concurso Nacional Unificado
CNU

BLOCO 5:

Administração

MODELO/BANCA:

FGV - Fundação Getúlio Vargas

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

8/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

8/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CNU – 2º SIMULADO - BLOCO TEMÁTICO 5 - ADMINISTRAÇÃO (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS GERAIS

Desafios do estado de direito: democracia e cidadania

Samuel Marques

1

Em um debate promovido por uma universidade pública sobre o papel do Estado no pós-redemocratização brasileira, um dos palestrantes defendeu que o Estado Democrático de Direito implica não apenas o respeito formal às leis, mas também a implementação de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Com base nesse contexto e nos fundamentos constitucionais do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado Democrático de Direito brasileiro limita-se à legalidade e ao exercício periódico do voto, conforme os princípios liberais clássicos.
- (B) A Constituição de 1988 adotou um modelo de Estado liberal, com foco na proteção à livre iniciativa e redução da atuação estatal.
- (C) O Estado brasileiro, desde a Constituição de 1988, compromete-se com a promoção da dignidade da pessoa humana e da justiça social.
- (D) O modelo estatal adotado em 1988 busca reduzir o papel do Judiciário, evitando sua interferência nas decisões políticas e econômicas.
- (E) A Constituição Federal adota o modelo de Estado autoritário com viés intervencionista, em razão da forte presença estatal.

2

A Constituição Federal de 1988 é frequentemente chamada de "Constituição Cidadã", por ter estabelecido um catálogo extenso de direitos fundamentais e mecanismos de controle social. Desde então, novos movimentos sociais e demandas foram incorporados ao cenário público, exigindo respostas institucionais mais complexas. Nesse contexto, assinale a alternativa correta sobre os direitos fundamentais consagrados na Constituição.

- (A) Os direitos fundamentais de segunda geração, como os direitos sociais, dependem exclusivamente de regulamentação legislativa, não podendo ser exigidos judicialmente.
- (B) Os direitos fundamentais possuem aplicação imediata, conforme previsto no texto constitucional.

- (C) A eficácia dos direitos fundamentais é suspensa durante períodos de normalidade institucional.
- (D) Apenas os direitos expressos na Constituição podem ser reconhecidos como fundamentais.
- (E) Os direitos políticos não são considerados direitos fundamentais pela doutrina majoritária.

3

Durante uma aula sobre ciência política, a professora discutiu os desafios da governabilidade no presidencialismo de coalizão brasileiro. Ela destacou que, embora o Poder Executivo tenha prerrogativas importantes, sua atuação depende frequentemente da formação de alianças no Legislativo, o que nem sempre garante estabilidade.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O sistema político brasileiro favorece a governabilidade ao permitir a eleição direta de ministros de Estado.
- (B) A governabilidade é prejudicada pelo excesso de partidos políticos e pela necessidade de composições parlamentares heterogêneas.
- (C) A harmonia entre os Poderes impede qualquer forma de controle entre Executivo e Legislativo.
- (D) O Presidente da República, por deter a maioria parlamentar, tem competência primária para legislar.
- (E) O sistema de freios e contrapesos adotado no Brasil elimina qualquer risco de instabilidade entre os Poderes.

4

No contexto da judicialização das políticas públicas, o Poder Judiciário tem sido provocado a decidir sobre temas como saúde, educação, moradia e assistência social. Em muitos casos, os tribunais determinam a entrega de medicamentos, a realização de procedimentos médicos ou o acesso a creches e escolas.

Com base nisso, assinale a afirmativa correta.

- (A) A judicialização de políticas públicas decorre exclusivamente do ativismo judicial, desrespeitando a competência dos outros Poderes.
- (B) O Judiciário deve abster-se de intervir em políticas públicas, pois isso compromete a soberania popular.
- (C) A intervenção do Judiciário é legítima quando busca garantir direitos fundamentais diante da omissão dos Poderes Legislativo e Executivo.
- (D) O Supremo Tribunal Federal tem vedado qualquer interferência judicial nas políticas públicas de saúde.
- (E) O controle jurisdicional de políticas públicas é inconstitucional em razão do princípio da separação dos poderes.

5

No processo de consolidação da democracia brasileira, a participação cidadã tem assumido novas formas, além do tradicional exercício do voto. A Constituição de 1988 prevê instrumentos de democracia participativa que permitem ao cidadão intervir diretamente na vida política do país.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) O referendo é convocado exclusivamente por iniciativa popular.
- (B) A iniciativa popular de lei federal pode ser apresentada sem qualquer exigência de número de assinaturas.
- (C) O plebiscito é realizado antes da deliberação legislativa do Congresso Nacional.
- (D) A Constituição Federal veda expressamente a consulta direta ao povo sobre temas legislativos.
- (E) A participação popular é exclusiva do período eleitoral.

Políticas públicas

José Wesley

6

Um programa governamental é financiado por recursos públicos para distribuir, gratuitamente, aparelhos auditivos a crianças com perda auditiva severa. Considerando a classificação das políticas públicas segundo Theodore Lowi, esse programa é caracterizado como uma política pública do tipo

- (A) distributiva, financiada por toda a coletividade.
- (B) distributiva, bancada pelos grupos mais ricos.
- (C) redistributiva, sustentada pela sociedade em geral.
- (D) regulatória, com custeio progressivo por faixa de renda.
- (E) regulatória, com base em subsídio universal.

7

Considerando a tipologia de políticas públicas de Theodore Lowi, qual das opções abaixo exemplifica uma política pública redistributiva?

- (A) Ajuda emergencial a vítimas de enchente.
- (B) Campanha de vacinação nacional.
- (C) Reforma agrária com transferência de terras.
- (D) Entrega de cestas básicas para famílias em vulnerabilidade.
- (E) Criação de um novo código de defesa do consumidor.

8

Quando as políticas públicas são concebidas e executadas exclusivamente por órgãos estatais, a abordagem predominante é conhecida como:

- (A) policêntrica.
- (B) estado-cêntrica.
- (C) político-cêntrica.
- (D) tecnocêntrica.
- (E) endocêntrica.

9

Um município decide adotar nova política tributária sobre imóveis urbanos. Imóveis de menor valor passam a ser isentos de IPTU, enquanto imóveis de alto valor terão alíquotas dobradas. Segundo a tipologia de Lowi, essa política é classificada como

- (A) constitutiva.
- (B) regulatória.
- (C) redistributiva.
- (D) distributiva.
- (E) intervencionista.

10

Sobre a distinção entre política pública e decisão política, analise as afirmativas a seguir.

- I – Uma política pública envolve mais de uma decisão e diversas ações coordenadas.
- II – A decisão política representa uma escolha baseada nas preferências dos atores envolvidos.
- III – Nem toda decisão política resulta em uma política pública.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Ética e integridade

Glauber Marinho; Rafael de Oliveira

11

Quanto aos deveres dos agentes públicos, preconiza-se como comportamento adequado:

- (A) uma apresentação pessoal com a utilização de vestimentas adequadas ao exercício do cargo ou função pública.
- (B) procrastinar o exercício regular de direito do cidadão, quando for necessário atender à finalidade administrativa, conforme o princípio da moralidade.
- (C) participar de greves e permanecer nos movimentos, ainda que sem observar as regras relativas à preservação da segurança coletiva.
- (D) colaborar com instituição que mantenha condições de trabalho análogas à escravidão.
- (E) abster-se de atender ao bem comum, mesmo que em conformidade com a legalidade administrativa.

12

À luz do disposto no art. 37 da Constituição Federal de 1988 e da ética na Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da moralidade administrativa refere-se exclusivamente à conformidade com a lei, sem qualquer vínculo com valores éticos.
- (B) A moralidade administrativa, como princípio constitucional, impõe ao agente público apenas deveres legais, não abrangendo condutas pautadas pela integridade e ética.
- (C) A atuação ética do agente público é uma virtude pessoal que não guarda relação com a efetividade dos serviços públicos prestados à coletividade.
- (D) O princípio da moralidade vincula a Administração Pública a padrões éticos de conduta, exigindo que os agentes atuem com integridade, visando ao interesse público.
- (E) A má aplicação de recursos públicos, embora reprovável moralmente, não fere diretamente os princípios da Administração Pública previstos na Constituição.

13

Considerando a atuação da Administração Pública e a necessidade de observância aos princípios constitucionais, analise as afirmativas a seguir.

- I – O agente público deve pautar-se por valores éticos e pela integridade, mesmo na ausência de previsão legal expressa sobre determinada conduta.
- II – A eficiência administrativa depende diretamente da construção de um ambiente ético e livre de corrupção.
- III – A observância ao princípio da moralidade é dever exclusivo dos ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa II está correta.
- (D) Apenas a afirmativa III está correta.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

14

Acerca do princípio da publicidade e da transparência na Administração Pública, assinale a opção correta.

- (A) O princípio da publicidade tem aplicação apenas nas licitações e contratos administrativos, sendo dispensável em atos de natureza interna ou organizacional.
- (B) A Lei n. 12.527/2011 garante o acesso à informação apenas para os órgãos da Administração direta federal, não se aplicando aos demais entes da Federação.

- (C) A divulgação de atos administrativos como regulamentos, licitações e contratos é facultativa, cabendo ao gestor público decidir se há ou não interesse em sua publicação.
- (D) O avanço democrático e a edição da Lei de Acesso à Informação reforçaram o dever da Administração Pública de garantir ao cidadão acesso às informações de interesse coletivo ou individual, como expressão do princípio da publicidade.
- (E) O princípio da publicidade tem como finalidade exclusiva a preservação da intimidade e da vida privada dos administradores públicos, justificando o sigilo de documentos administrativos.

Diversidade e inclusão na sociedade.**Aline Menezes****15**

Os desafios para a inclusão da população indígena no acesso a políticas públicas incluem fatores como

- (A) a ausência de legislações específicas para o atendimento diferenciado de populações indígenas.
- (B) a homogeneização cultural imposta pelas políticas públicas e a dificuldade de acesso em regiões remotas.
- (C) a inexistência de movimentos sociais indígenas que reivindiquem seus direitos.
- (D) a total integração dos povos indígenas ao mercado de trabalho formal e urbano.
- (E) a universalização das políticas públicas de maneira equitativa e culturalmente adequada.

16

Considerando as disposições do Decreto n. 7.053/2009, que trata da Política Nacional para a População em Situação de Rua, assinale a alternativa correta.

- (A) Determina a obrigatoriedade da institucionalização das pessoas em situação de rua como forma de reinserção social.
- (B) Estabelece que a população em situação de rua tem acesso prioritário apenas a serviços de saúde.
- (C) Reconhece a população em situação de rua como grupo vulnerável, com direito a atendimento integral, intersetorial e humanizado.
- (D) Veda a participação de representantes da população em situação de rua na formulação de políticas públicas.
- (E) Aplica-se exclusivamente a pessoas em situação de rua com dependência química diagnosticada.

17

Entre os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas no Brasil, destaca-se

- (A) a ampla participação nas decisões políticas locais e o pleno reconhecimento de seus direitos territoriais.
- (B) a ausência de discriminação racial e de obstáculos ao acesso às políticas públicas.
- (C) a moradia em áreas de alto desenvolvimento urbano, com acesso facilitado a equipamentos públicos.
- (D) a lentidão na titulação dos territórios, a invisibilidade estatística e o racismo estrutural.
- (E) o excesso de políticas afirmativas voltadas a esse grupo, que geram dependência social.

18

Durante um debate sobre envelhecimento ativo, uma gestora pública afirma que os idosos devem “aproveitar a aposentadoria em casa e se afastar das decisões coletivas para descansar”. Essa afirmação:

- (A) reflete corretamente a função da aposentadoria como instrumento de proteção e isolamento.
- (B) está alinhada com o conceito de envelhecimento ativo promovido pela OMS.
- (C) reforça estereótipos de inutilidade e contribui para a exclusão política da pessoa idosa.
- (D) está de acordo com a lógica da proteção previdenciária como substituição da cidadania ativa.
- (E) valoriza a autonomia da pessoa idosa ao incentivá-la ao descanso pleno.

Administração pública federal

Bruno Eduardo

19

Durante auditoria realizada por órgão de controle interno, identificou-se a contratação de empresa para fornecimento de serviços gráficos sem processo licitatório, sob alegação de urgência, sem a devida fundamentação legal. O relatório final apontou ofensa a princípios que regem a Administração Pública. Com base na situação hipotética e nos princípios constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da moralidade exige apenas que o ato administrativo esteja de acordo com a vontade política da autoridade competente.
- (B) A legalidade administrativa permite que a Administração Pública atue com liberdade sempre que não houver lei específica proibindo a conduta.
- (C) A impessoalidade garante o uso do cargo público como instrumento de promoção institucional, desde que vinculado à publicidade governamental.

- (D) A publicidade dos atos administrativos garante a transparência e o controle social da atuação estatal.
- (E) O princípio da eficiência aplica-se apenas aos servidores em estágio probatório, sendo irrelevante para o restante da Administração.

20

Em uma aula de Escola de Governo, um professor apresentou as principais reformas administrativas no Brasil ao longo do século XX e início do XXI, com foco na profissionalização da burocracia, descentralização e introdução do modelo gerencial. Um aluno indagou sobre os marcos normativos dessas reformas. Com base na evolução das reformas administrativas no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), de 1995, introduziu diretrizes do modelo gerencial, como contratos de gestão e foco em resultados.
- (B) O DASP, criado na década de 1960, instituiu o modelo de administração gerencial, priorizando resultados e contratos de gestão.
- (C) O Decreto-Lei n. 200/1967 fortaleceu a centralização da Administração Pública e ampliou os órgãos da Presidência da República.
- (D) A Constituição de 1988 reduziu a autonomia administrativa e criou mecanismos de hipercentralização orçamentária.
- (E) A reforma de 1936 instituiu as agências reguladoras, com vistas à fiscalização técnica e autônoma de serviços públicos essenciais.

21

Uma comissão interna de reestruturação organizacional em uma autarquia federal debateu a natureza das entidades públicas e a diferença entre órgãos, autarquias, empresas estatais e fundações. Dúvidas surgiram quanto ao regime jurídico e à autonomia de cada entidade. Com base na estrutura organizacional da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os órgãos públicos integram a administração indireta e possuem personalidade jurídica própria.
- (B) As autarquias são entidades da administração direta, com autonomia funcional, mas sem patrimônio próprio.
- (C) As empresas públicas e sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado e integram a administração indireta.
- (D) As fundações públicas são sempre de direito público e regem-se pelas mesmas normas das autarquias.
- (E) A administração direta é composta exclusivamente por empresas estatais vinculadas ao Poder Executivo.

22

No planejamento das ações orçamentárias de um ministério, a equipe de servidores utilizou os sistemas estruturantes da Administração Pública Federal para integrar dados de gestão de pessoas, finanças, convênios e compras públicas. Um novo servidor questionou as funções de cada sistema. Com base nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O SIAFI é o sistema informatizado utilizado exclusivamente para controle de pessoal e de folha de pagamento.
- (B) O SIGPlan é utilizado para planejamento e monitoramento do Plano Plurianual (PPA) e outros instrumentos de planejamento governamental.
- (C) O SIAPE é o sistema que gerencia as contratações públicas, incluindo registro de preços e execução de contratos.
- (D) O SICONV é utilizado exclusivamente pela Receita Federal para lançamento e acompanhamento de tributos federais.
- (E) O SIORG é o sistema responsável pela elaboração de indicadores de desempenho da administração indireta.

Fundamentos das finanças públicas

Anderson Ferreira

23

A Lei de Diretrizes Orçamentárias apresenta a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, com destaque para a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos. Esse conteúdo é referente ao

- (A) anexo de controle orçamentário.
- (B) anexo específico.
- (C) anexo de riscos fiscais.
- (D) anexo de metas fiscais.
- (E) texto principal.

24

Para a aprovação das emendas parlamentares individuais impositivas, a Constituição estabeleceu limites percentuais diferentes para cada Casa do Congresso Nacional. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o limite estipulado.

- (A) 1,45% caberão às emendas de Deputados.
- (B) 0,55% caberão às emendas de Senadores.
- (C) 1,2% caberão às emendas de Deputados e Senadores.
- (D) 1,2% caberão às emendas de Senadores.
- (E) 1,55% caberão às emendas de Deputados.

25

A Constituição de 1988 enumera uma série de vedações para o orçamento público. Das alternativas a seguir, assinale aquela que **não representa** uma vedação orçamentária.

- (A) Iniciar programas não incluídos na lei orçamentária anual.
- (B) Remanejar recursos de tecnologia de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa.
- (C) Conceder créditos ilimitados.
- (D) Utilizar recursos do orçamento fiscal para cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- (E) Instituir, sem prévia autorização legislativa, fundos de qualquer natureza.

26

Com relação às finanças públicas e aos orçamentos dispostos na Constituição, assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente da República pode enviar mensagem ao Congresso Nacional para modificar o projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação, em Plenário, da parte cuja alteração é proposta.
- (B) Cabe ao plano plurianual estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.
- (C) A exoneração de servidores não estáveis é uma das medidas a serem adotadas pelos entes federativos para o cumprimento de limites de despesas com pessoal.
- (D) Integrará a lei orçamentária anual, para o exercício subsequente, anexo com previsão de agregados fiscais.
- (E) Uma das funções do orçamento da seguridade social é de reduzir as desigualdades inter-regionais, de acordo com o critério populacional.

Trabalho e tecnologia

Vitor Kessler

27

A respeito das transformações no mundo do trabalho impulsionadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), assinale a alternativa correta.

- (A) O uso de TICs reduziu a necessidade de qualificação dos trabalhadores, pois as máquinas passaram a realizar todas as funções especializadas.
- (B) A digitalização das atividades eliminou a informalidade no mercado de trabalho, trazendo estabilidade e direitos a todos os trabalhadores.
- (C) O trabalho remoto, viabilizado pelas TICs, trouxe novas possibilidades de organização laboral, exigindo adaptação de empresas e trabalhadores.
- (D) A evolução tecnológica no ambiente de trabalho não influenciou os modelos de gestão ou formas de contratação.
- (E) A automação tem reduzido a produtividade, já que trabalhadores resistem ao uso de novas ferramentas digitais.

28

As novas tecnologias digitais têm promovido impactos variados nas relações de trabalho. Considerando esse contexto, assinale a alternativa que melhor reflete uma consequência relevante dessas transformações.

- (A) As tecnologias reduziram a demanda por qualificação continuada, pois o foco passou a ser apenas em habilidades técnicas básicas.
- (B) O surgimento da gig economy demonstra como a tecnologia permitiu novas formas de vínculo, com destaque para a estabilidade empregatícia.
- (C) A digitalização do trabalho eliminou a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão digital dos trabalhadores.
- (D) A conectividade e o uso de plataformas digitais possibilitaram maior flexibilidade no trabalho, mas também trouxeram desafios quanto à regulação e aos direitos trabalhistas.
- (E) As transformações tecnológicas não tiveram impacto significativo sobre as relações de trabalho no setor público.

29

Analise as assertivas a seguir sobre o uso de Inteligência Artificial no setor público e classifique cada uma como verdadeira (V) ou falsa (F).

- () A automação de processos administrativos no setor público pode gerar ganhos de produtividade, liberando servidores para atividades de maior complexidade.
- () Sistemas baseados em IA, por sua própria natureza, são neutros e não reproduzem vieses ou discriminações nos serviços prestados ao cidadão.
- () A utilização de chatbots no atendimento público digital elimina a necessidade de canais de atendimento presenciais e humanos.

- (A) V – V – V
- (B) V – F – F
- (C) F – F – F
- (D) F – V – F
- (E) V – V – F

30

Sobre os desafios associados à adoção de novas tecnologias no setor público, analise as alternativas abaixo e assinale a correta.

- (A) A introdução de tecnologias digitais no setor público elimina a necessidade de capacitação dos servidores, uma vez que os sistemas são projetados para serem intuitivos e autônomos.
- (B) O uso de algoritmos preditivos na gestão pública pode implicar riscos de discriminação e violação de direitos fundamentais, especialmente quando não há transparência nos critérios de decisão automatizada.
- (C) A dependência excessiva de plataformas tecnológicas proprietárias fortalece a soberania digital do Estado, pois garante suporte técnico e atualizações constantes.
- (D) A adoção de tecnologias emergentes no setor público tem como principal risco a obsolescência de hardware, não sendo relevante o risco de vazamento de dados pessoais.
- (E) A interoperabilidade entre sistemas públicos é garantida automaticamente com a migração para tecnologias baseadas em nuvem, dispensando esforços de padronização e governança.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Eixo temático 1 – Gestão Governamental e Governança Pública: estratégia, pessoas, projetos e processos.

Rafael Barbosa e Cosme Sérgio

31

O planejamento estratégico pode ser definido como a bússola que orienta as organizações em direção ao futuro desejado, devendo abranger de forma integrada todos os fatores que irão moldar o comportamento da organização, sendo este conjunto conhecido como os sete "S".

Assinale, entre as opções abaixo, a que compreende o estilo, o comportamento de administradores e funcionários e sua ética de trabalho.

- (A) Style.
- (B) Superordinate goals.
- (C) Shared values.
- (D) Systems.
- (E) Structure

32

A empresa XYZ, buscando subsidiar seu processo de planejamento estratégico, utilizou a matriz GE/McKinsey para determinar as unidades estratégicas que devem receber mais ou menos investimentos. Os resultados foram:

- unidade de negócio A - baixa atratividade da indústria e posição competitiva baixa;
- unidade de negócio B - baixa atratividade da indústria e posição competitiva média;
- unidade de negócio C - alta atratividade da indústria e posição competitiva alta;
- unidade de negócio D - média atratividade da indústria e posição competitiva média;
- unidade de negócio E - baixa atratividade da indústria e posição competitiva alta.

Com base no modelo da matriz GE/McKinsey, é correto afirmar que a empresa deve:

- (A) deixar de investir nas unidades de negócio A e B.
- (B) concentrar seus investimentos na unidade de negócio A e deixar de investir na unidade de negócio C.
- (C) investir seletivamente nas unidades de negócio D e C.
- (D) investir seletivamente nas unidades de negócio A e E e utilizar seus fluxos de caixa para financiar a unidade de negócio B.
- (E) investir seletivamente nas unidades de negócio A e B e utilizar seus fluxos de caixa para financiar a unidade de negócio E.

33

Com o fim de analisar seu portfólio de produtos, a empresa XYZ utilizou a matriz BCG, tendo concluído o seguinte:

- Produto A – alta taxa de crescimento do mercado e alta participação no mercado;
- produto B – alta taxa de crescimento do mercado e baixa participação no mercado;
- produto C – baixa taxa de crescimento do mercado e baixa participação no mercado;
- produto D – baixa taxa de crescimento do mercado e alta participação no mercado.

Considerando a matriz BCG, pode-se afirmar o seguinte:

- (A) o produto A foi classificado como “vaca leiteira”.
- (B) o produto B foi classificado como “estrela”.
- (C) o produto C foi classificado como “interrogação”.
- (D) o produto D foi classificado como “vaca leiteira”.
- (E) os produtos A e C foram classificados como “interrogação”.

34

Em sua análise estratégica, uma empresa percebeu que o aumento da conscientização ambiental e da pressão da sociedade por práticas sustentáveis está impactando diretamente suas decisões, forçando-a a rever seus processos de produção, adotar selos verdes e investir em logística reversa.

Considerando a análise PESTEL, assinale a alternativa que contém a variável descrita.

- (A) Econômica
- (B) Legal
- (C) Política
- (D) Ambiental
- (E) Tecnológica

35

Uma empresa do setor bancário avalia a atratividade de seu setor utilizando o modelo das cinco forças competitivas proposto por Michael Porter. Durante a análise, identificou que novas fintechs estão surgindo com custos operacionais mais baixos e inovação tecnológica. Ao mesmo tempo, os clientes estão exigindo mais por menos, e alguns fornecedores de tecnologia passaram a ditar condições de preço e prazo.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa que corretamente associa as forças competitivas envolvidas nessa análise.

- (A) A rivalidade entre concorrentes é irrelevante quando há fornecedores dominantes.
- (B) A entrada de fintechs representa o poder de barganha dos fornecedores.
- (C) As exigências crescentes dos clientes exemplificam a ameaça de produtos substitutos.
- (D) A imposição de condições por fornecedores exemplifica o poder de barganha dos fornecedores.
- (E) O surgimento de fintechs indica a intensificação da rivalidade entre concorrentes estabelecidos.

36

Uma organização pública deseja implementar uma estratégia voltada à melhoria da experiência do cidadão no uso de seus serviços. Para isso, busca indicadores que avaliem a qualidade percebida, o grau de satisfação do usuário e o índice de fidelização.

Com base na abordagem do Balanced Scorecard, assinale a perspectiva à qual essas ações estão relacionadas.

- (A) Financeira
- (B) Processos internos
- (C) Aprendizado e crescimento
- (D) Clientes
- (E) Responsabilidade social

37

Uma empresa busca melhorar sua produtividade e reduzir custos com retrabalho e falhas na linha de produção. Como parte da estratégia, adota indicadores de qualidade dos produtos, pontualidade nas entregas e eficiência dos processos operacionais.

Segundo o Balanced Scorecard, essas ações pertencem a seguinte perspectiva:

- (A) Financeira
- (B) Clientes
- (C) Processos internos
- (D) Aprendizado e crescimento
- (E) Inovação

38

Uma empresa que fabrica calçados esportivos decide desenvolver uma nova linha de roupas tecnológicas voltadas ao público jovem e fitness, expandindo sua atuação também para mercados internacionais onde ainda não está presente. Segundo a Matriz Produto-Mercado de Igor Ansoff, essa estratégia caracteriza:

- (A) penetração no mercado
- (B) desenvolvimento de produto
- (C) desenvolvimento de mercado
- (D) diversificação
- (E) segmentação de mercado

39

Após anos trabalhando como engenheiro em uma grande construtora, João perdeu o emprego em razão de cortes orçamentários. Durante o período em casa, começou a compartilhar vídeos de dicas de manutenção residencial nas redes sociais. Com o aumento do número de seguidores e a demanda por serviços, ele decidiu formalizar um negócio próprio, oferecendo consultorias e pequenos reparos domiciliares.

Essa situação exemplifica uma estratégia:

- (A) deliberada
- (B) emergente
- (C) prescritiva
- (D) formal
- (E) clássica

40

Uma empresa do setor de logística elaborou um plano estratégico detalhado para os próximos cinco anos, definindo metas de crescimento, expansão para novas regiões e investimentos em tecnologia. Durante a implementação, os gestores seguem rigorosamente as etapas previstas, monitorando continuamente os indicadores e ajustando apenas pequenos aspectos operacionais.

Essa situação caracteriza o uso de uma estratégia:

- (A) flexível
- (B) emergente
- (C) deliberada
- (D) reativa
- (E) experimental

41

Uma prefeitura pretende avaliar a eficiência de seu serviço de coleta seletiva e decide implementar indicadores de desempenho adequados para monitorar e aprimorar suas ações. Nesse contexto, os gestores públicos devem, prioritariamente:

- (A) criar indicadores genéricos que sirvam para qualquer serviço público oferecido pelo município.
- (B) selecionar indicadores baseados apenas em opiniões dos servidores diretamente envolvidos.
- (C) desenvolver indicadores claros, específicos e mensuráveis, diretamente ligados aos objetivos da coleta seletiva.
- (D) avaliar o desempenho exclusivamente por meio de inspeções visuais mensais.
- (E) evitar a análise comparativa com outras cidades para impedir conflitos administrativos.

Eixo temático 2 – Gestão Governamental e Governança Pública: riscos, inovação, participação, coordenação e patrimônio.

Cosme Sérgio e Vitor Kessler

42

Sobre inovação na gestão pública, pode-se afirmar corretamente que:

- (A) a transformação digital envolve apenas a informatização dos processos existentes.
- (B) o governo eletrônico limita-se ao uso de sites governamentais para prestação de informações básicas.
- (C) o uso de inteligência artificial no setor público pode aumentar a eficiência, mas também apresenta riscos relacionados à privacidade.
- (D) a inovação não é aplicável ao setor público devido a restrições legais.
- (E) a transformação digital reduz significativamente a participação social.

43

Com relação à participação social na gestão pública, é correto afirmar:

- (A) audiências públicas são os únicos mecanismos válidos para participação social.
- (B) consultas públicas são opcionais e não influenciam diretamente nas decisões.
- (C) o orçamento participativo é um mecanismo eficaz para aumentar a transparência e o engajamento cidadão.
- (D) conferências públicas são realizadas apenas quando exigidas por legislação federal.
- (E) o controle social é limitado a denúncias individuais.

44

Sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, é correto afirmar:

- (A) exclui a participação das organizações em ações governamentais.
- (B) instrumentos como termos de fomento são exclusivos para entidades privadas com fins lucrativos.
- (C) a lei não prevê monitoramento e avaliação contínua das parcerias.
- (D) os termos de colaboração são usados quando há interesse público e a proposta é iniciativa da Administração Pública.
- (E) o Marco Regulatório restringe totalmente a autonomia das organizações civis.

45

Sobre coordenação e fragmentação de ações governamentais, assinale a correta.

- (A) Coordenação intragovernamental visa apenas comunicação externa.
- (B) Coordenação intergovernamental restringe-se a governos estrangeiros.
- (C) Coordenação governo-sociedade limita-se a contratos formais.
- (D) O núcleo de governo atua diretamente na coordenação executiva, buscando integração das políticas públicas.
- (E) Fragmentação das ações sempre aumenta a eficiência governamental.

46

Sobre gestão de recursos materiais e patrimoniais, é correto afirmar:

- (A) a logística reversa não é aplicável ao setor público.
- (B) cadeia de suprimentos envolve apenas a aquisição de bens.
- (C) patrimônio público é exclusivamente bens imóveis.
- (D) a transformação digital da logística pública pode aumentar a eficiência e a transparência.
- (E) gestão patrimonial se restringe ao controle de estoque.

47

A implementação de inteligência artificial (IA) no serviço público traz benefícios, mas exige cuidados específicos devido:

- (A) exclusivamente ao aumento de custos financeiros.
- (B) à total eliminação da necessidade de auditoria interna.
- (C) aos riscos éticos e de privacidade no uso dos dados dos cidadãos.
- (D) à diminuição permanente do número de servidores públicos.
- (E) à substituição total de decisões humanas por sistemas autônomos.

48

Sobre instrumentos de participação social, assinale a alternativa correta.

- (A) Conselhos são formados exclusivamente por funcionários públicos.
- (B) Audiências públicas garantem automaticamente adesão às propostas da administração pública.
- (C) Consultas públicas têm caráter meramente simbólico, sem real influência nas decisões.
- (D) O Plano Plurianual (PPA) participativo favorece o alinhamento das ações do governo com as demandas sociais.
- (E) Conferências são eventos exclusivamente informativos, sem tomada de decisão.

49

O controle social sobre políticas públicas é mais eficaz quando:

- (A) se limita a denúncias anônimas.
- (B) é praticado exclusivamente por órgãos oficiais de controle externo.
- (C) acontece de forma isolada e esporádica.
- (D) é ignorado pela administração pública.
- (E) envolve organizações civis estruturadas em diálogo permanente com o governo.

50

O controle externo sobre a administração pública é realizado predominantemente por:

- (A) Auditores internos contratados diretamente pelos órgãos governamentais.
- (B) Conselhos municipais de participação popular.
- (C) Tribunais de Contas e Poder Legislativo.
- (D) Empresas privadas de auditoria.
- (E) Organizações internacionais de controle financeiro.

51

Na administração pública, a logística reversa é fundamentalmente aplicada para:

- (A) reduzir a necessidade de compras frequentes.
- (B) aumentar o descarte irregular de bens.
- (C) ignorar questões ambientais.
- (D) garantir a reutilização e o descarte correto dos bens.
- (E) facilitar a aquisição imediata de novos materiais.

52

A transformação digital no setor público brasileiro tem sido impulsionada por iniciativas como o Gov.br, o Conecta Gov e o Plano Nacional de Governo Digital. Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A transformação digital no Estado visa apenas digitalizar documentos físicos e eliminar o uso de papel.
- (B) O Portal Gov.br substitui os sistemas internos de todos os órgãos públicos, unificando os processos administrativos.
- (C) A interoperabilidade entre sistemas é um dos pilares da transformação digital e é viabilizada por plataformas como o Conecta Gov.
- (D) A transformação digital ignora a inclusão digital, por ser um processo centrado apenas na tecnologia.
- (E) O foco principal da transformação digital é a redução de cargos públicos por meio da automação de serviços.

53

Em relação às diretrizes da Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD) e às práticas modernas de transformação digital, assinale a alternativa correta.

- (A) A transformação digital do Estado se resume à aquisição de novas tecnologias para os datacenters físicos.
- (B) A ENGD desestimula a cooperação entre entes federativos, priorizando ações isoladas por ministérios.
- (C) Um dos objetivos da ENGD é tornar os serviços públicos mais acessíveis por meio de plataformas digitais integradas.
- (D) A cultura digital no setor público é considerada um obstáculo e não faz parte da estratégia nacional.
- (E) A transformação digital limita-se à substituição do atendimento presencial por aplicativos móveis.

Eixo Temático 3 – Políticas Públicas**Leonardo Albernaz****54**

Sobre as definições de políticas públicas, analise as assertivas seguintes e assinale a única alternativa incorreta.

- (A) Políticas públicas são cursos de ação intencionais do Estado para enfrentar problemas coletivos.
- (B) Podem envolver instrumentos regulatórios, fiscais, de provisão direta ou de indução.
- (C) São sempre formuladas e implementadas exclusivamente por atores estatais, sem participação de atores privados ou da sociedade civil.
- (D) Incluem decisões sobre alocação de recursos, prioridades e distribuição de benefícios e ônus.
- (E) Podem ser entendidas como respostas governamentais estruturadas a problemas que entram na agenda decisória.

55

Acerca do ciclo de políticas públicas, utilizado para análise e compreensão dos processos de concepção e gestão de políticas públicas, indique a alternativa incorreta.

- (A) O ciclo clássico compreende etapas como agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação.
- (B) É uma ferramenta analítica, não uma descrição fiel e linear da realidade.
- (C) Na prática, fases podem se sobrepor e produzir realimentações contínuas.
- (D) A avaliação ocorre necessariamente após a finalização da política ou de alguma de suas fases para entrega de produtos, quando se torna possível conhecer os resultados gerados.
- (E) Monitoramento e avaliação se distinguem, mas ambos podem subsidiar ajustes ao longo do processo.

56

De acordo com o modelo dos múltiplos fluxos, de Kingdon, não se pode afirmar que:

- (A) A abertura de uma “janela de políticas” depende do acoplamento dos fluxos de problemas, políticas (soluções) e política (contexto político).
- (B) empreendedores de políticas (“policy entrepreneurs”) têm papel central em acoplar fluxos quando surge uma oportunidade.
- (C) o fluxo de políticas envolve uma solução tecnicamente ótima que, por maximizar os resultados, será a opção adotada quando a janela abre.
- (D) o fluxo político inclui fatores como mudanças de governo, clima de opinião e correlação de forças no Legislativo.
- (E) ideias circulam em um fluxo de soluções que podem estar prontas antes de o problema entrar na agenda.

57

Sobre as etapas de monitoramento e avaliação no ciclo de políticas públicas, é correto afirmar que:

- (A) a avaliação é sinônimo de monitoramento, pois ambos se restringem à coleta de indicadores operacionais.
- (B) a avaliação *ex ante* é inviável, pois não há dados antes da implementação.
- (C) a avaliação formativa visa aprimorar a intervenção durante sua execução.
- (D) a avaliação *ex post* não tem relação com accountability, apenas com aprendizado interno.
- (E) quando bem desenhada, a avaliação não precisa dialogar com a decisão orçamentária.

58

Uma secretaria estadual quer saber se seu programa de capacitação gerou aumento real de renda entre beneficiários em comparação com pessoas elegíveis que não participaram. Para isso, pretende contratar uma avaliação de impacto. À luz das boas práticas, assinale a única alternativa correta.

- (A) Avaliar impacto consiste em acompanhar quantos cursos foram ofertados e concluídos.
- (B) Métodos quase-experimentais permitem estimar efeito causal quando a randomização não é viável.
- (C) Relatos de satisfação dos participantes bastam, porque expressam a percepção direta de quem recebeu o serviço.
- (D) Análises de impacto dispensam considerar contexto socioeconômico, pois se concentram na variação média dos resultados.
- (E) Monitoramentos de indicadores operacionais substituem as avaliações de impacto, pois ambos medem o desempenho.

59

Um tribunal de contas solicitou indicadores de eficiência para comparar unidades de saúde que realizam exames laboratoriais. Considerando o conceito de eficiência em gestão pública, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Indicadores de eficiência relacionam outputs (exames realizados) aos insumos consumidos (recursos físicos, humanos e financeiros).
- (B) Custo médio por exame, tempo médio de atendimento e produtividade por técnico são exemplos de métricas de eficiência.
- (C) Indicadores de eficiência permitem concluir sobre a capacidade do serviço de melhorar a saúde da população.
- (D) Para avaliar a eficiência técnica, pode-se comparar unidades similares a um benchmark, revelando oportunidades de reduzir desperdícios.
- (E) A construção desses indicadores exige padronizar a medição de insumos e produtos em unidades comparáveis e comparáveis.

60

No contexto de uma análise custo-benefício (ACB) aplicada a políticas públicas, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A ACB converte custos e benefícios esperados em valores presentes para compará-los.
- (B) Benefícios intangíveis, como redução de mortalidade, podem ser monetizados por métodos de valoração econômica.
- (C) Se dois projetos têm VPL positivo, o de maior VPL tende a ser economicamente mais eficiente, tudo o mais constante.
- (D) Para que a comparação seja válida, custos e benefícios precisam ser expressos em uma mesma unidade monetária.
- (E) A ACB considera apenas fluxos financeiros diretos, desconsiderando externalidades positivas ou negativas associadas ao projeto.

61

Sobre o papel da burocracia profissional como corpo de Estado em regimes democráticos, assinale a única alternativa correta.

- (A) Deve atuar como extensão direta dos partidos governantes, moldando decisões conforme interesses eleitorais.
- (B) Garante continuidade administrativa, impessoalidade e preservação da legalidade independentemente de alternâncias de poder.
- (C) Está dispensada de prestar contas sobre desempenho, pois sua estabilidade inviabiliza responsabilização funcional.
- (D) A valorização do mérito e as carreiras estáveis conflitam com o princípio da eficiência previsto na Constituição.
- (E) Não deve exercer autonomia decisória, devendo atender diretrizes de ministros ou do chefe do Poder Executivo.

62

Conforme o marco conceitual da burocracia de nível de rua (*street-level bureaucracy*), assinale a alternativa incorreta.

- (A) Servidores de linha de frente exercem discricionariedade para aplicar regras a casos concretos.
- (B) Suas interações diretas com cidadãos transformam políticas escritas em políticas praticadas.
- (C) A falta de recursos e pressões de tempo não afetam a forma como os burocratas de linha de frente atendem o público.
- (D) As decisões desses agentes podem apoiar-se em conhecimento tácito e experiência acumulada, além das normas formais.
- (E) O comportamento desses agentes influencia a percepção de legitimidade e confiança no Estado.

63

Em avaliações de políticas públicas, desempenho costuma ser analisado pelas dimensões economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade. Assinale a única alternativa correta que diferencia equidade das demais.

- (A) Equidade mede a relação entre produtos e insumos, enquanto eficiência avalia a distribuição justa de resultados.
- (B) Efetividade verifica se objetivos foram alcançados; equidade examina como benefícios e ônus se distribuem entre grupos sociais.
- (C) Economicidade analisa impacto social de longo prazo; equidade calcula o custo por produto entregue.
- (D) Eficácia é sinônimo de equidade, pois ambas tratam de justiça distributiva.
- (E) Equidade lida com redução dos custos de implementação.

64

Sobre políticas públicas informadas por evidências (PPIE), assinale a alternativa incorreta.

- (A) PPIE permite integrar dados científicos, conhecimento profissional e valores sociais no processo decisório.
- (B) Evidências servem como subsídio, mas decisões finais continuam a envolver negociação política e julgamento de valor.
- (C) Hierarquias de evidência ajudam a julgar rigor, mas precisam ser combinadas com análise de contexto.
- (D) Ao utilizar evidências, o decisor pode eliminar as influências normativas e interesses políticos do resultado.
- (E) Plataformas de compartilhamento e tradução de conhecimento buscam aproximar pesquisadores, gestores e sociedade civil.

65

As redes de políticas públicas (*policy networks*) ampliam a cooperação entre governo e sociedade, mas também apresentam desvantagens. Sobre as redes, como alternativas de implementação de políticas públicas, assinale o único item correto.

- (A) A ausência de autoridade hierárquica pode gerar responsabilização difusa e facilitar captura por grupos com maior poder de barganha.
- (B) A horizontalidade das redes torna a prestação de contas mais direta que em estruturas hierárquicas.
- (C) Como reúnem múltiplos atores, redes eliminam conflitos de interesse e neutralizam a influência de grupos poderosos.
- (D) Redes reduzem custos de coordenação porque dispensam regras formais de governança.
- (E) A participação de organizações da sociedade impede desequilíbrios de poder, pois todas as vozes têm peso igual.

Eixo Temático 4 - Administração Financeira e Orçamentária, Contabilidade Pública e Compras na Administração Pública

Flávio Assis e Claudio Zorzo

66

O Governo do Estado de São Lucas, diante de um cenário de restrição fiscal, decidiu revisar completamente sua metodologia de planejamento orçamentário. A Secretaria de Planejamento deseja romper com a lógica incrementalista e implementar uma técnica que permita alocar os recursos públicos com base na análise crítica de todas as atividades, justificando cada centavo gasto e priorizando os programas com maior retorno socioeconômico. O objetivo é evitar que áreas ineficientes se perpetuem no orçamento apenas por inércia histórica. Contudo, uma equipe de técnicos argumenta que, embora desejável em teoria, tal modelo apresenta alto custo operacional, elevado nível de complexidade e resistência de gestores médios à sua adoção. O debate técnico gira, portanto, em torno da viabilidade prática versus a racionalidade alocativa.

Considerando o contexto apresentado, assinale a alternativa que identifica corretamente a técnica orçamentária pretendida e apresenta uma de suas características críticas.

- (A) Trata-se do orçamento-programa, que exige a construção de unidades decisórias (*decision packages*) para cada despesa e aplica corte horizontal uniforme para equalizar o orçamento total.
- (B) Trata-se do orçamento de desempenho, cuja ênfase está na justificativa zero para todos os gastos públicos, o que torna sua aplicação dependente de uma estrutura de custos detalhada por produto governamental.
- (C) Trata-se do orçamento de base zero, que parte do princípio de que nenhum gasto é automaticamente aprovado, exigindo análise comparativa entre alternativas de ação e justificativas desde o primeiro centavo.
- (D) Trata-se do orçamento tradicional, que busca racionalizar os gastos públicos por meio da priorização técnica dos projetos com maior retorno financeiro à administração.
- (E) Trata-se do orçamento incremental, que elimina a necessidade de revisão crítica de programas anteriores, permitindo reavaliação completa de todos os itens com base na efetividade.

67

Durante a elaboração da proposta orçamentária de um ente federativo, a equipe técnica da Secretaria de Fazenda se deparou com as seguintes receitas previstas para o exercício seguinte:

- 1) Valores arrecadados com a aplicação de multas de trânsito.
- 2) Alienação de um imóvel público ocioso pertencente ao patrimônio do Estado.
- 3) Transferência voluntária da União para a execução de ações vinculadas à saúde pública.
- 4) Dividendos recebidos de empresa estatal dependente.
- 5) Receita proveniente da emissão de títulos públicos estaduais para financiar despesas de capital.

Considerando a classificação orçamentária da receita pública segundo sua natureza, conforme a legislação vigente e os princípios da Lei n. 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- (A) As receitas 1 e 2 são ambas classificadas como receitas de capital, pois não se originam da arrecadação tributária corrente.
- (B) A receita 3 é classificada como receita de capital, pois se destina a investimentos públicos; já a receita 5 é uma receita corrente por ter caráter temporário e gerar obrigação futura.
- (C) A receita 2 é receita de capital por representar uma alienação de ativo; a receita 4, embora originada de empresa estatal, é receita corrente por integrar o resultado operacional.
- (D) A receita 1 é classificada como receita de capital, por não decorrer de tributo, enquanto a receita 3, por vir da União, é considerada receita patrimonial.
- (E) A receita 4 deve ser classificada como receita de capital, pois representa retorno financeiro; a receita 5, por se tratar de operação de crédito, não integra o orçamento fiscal, mas o orçamento de investimentos.

68

Durante uma auditoria interna, a Controladoria-Geral do Estado de Altamira identificou que a Secretaria da Fazenda deixou de registrar em tempo hábil diversos autos de infração ambiental já lavrados e com valor definido, decorrentes de fiscalização efetiva. Além disso, observou que algumas receitas oriundas de taxas de licença ambiental já haviam sido registradas no sistema contábil como arrecadadas, mesmo sem o respectivo ingresso nos cofres públicos.

O controlador determinou correções com base nos estágios da receita pública, destacando que o cumprimento adequado de cada etapa é essencial para garantir fidedignidade contábil, integridade orçamentária e transparência fiscal.

Com base nesse caso, e nos estágios da receita orçamentária segundo a legislação brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) O lançamento é o estágio inicial da receita pública, no qual ocorre o efetivo ingresso de numerário nos cofres públicos e a identificação de sua destinação legal.
- (B) A arrecadação se dá no momento da constituição do crédito tributário, com a lavratura do auto de infração e a vinculação do fato gerador à conta pública correspondente.
- (C) O estágio descumprido no caso dos autos de infração não registrados foi o recebimento, que representa a disponibilização imediata dos recursos à unidade orçamentária responsável.
- (D) O registro antecipado das taxas de licença ambiental como arrecadadas viola o princípio da competência, pois a arrecadação só deve ser reconhecida após o efetivo ingresso financeiro.
- (E) O lançamento constitui o estágio em que o valor da receita é quantificado, identificado o devedor e verificado o fato gerador, sendo condição necessária para a arrecadação.

69

Durante uma auditoria na execução de convênios firmados entre a Secretaria Estadual de Educação e entidades sem fins lucrativos, a Controladoria identificou que diversas despesas foram liquidadas com base apenas em relatórios parciais das instituições conveniadas, sem comprovação documental das entregas efetivas dos serviços contratados.

Além disso, verificou-se que alguns empenhos foram realizados após a prestação do serviço e que, em determinados casos, o pagamento foi processado antes da conclusão da liquidação.

Com base no caso relatado e nos estágios da despesa pública conforme a legislação orçamentária brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) O erro de pagar antes de liquidar é formal, mas permitido em caráter excepcional, desde que o crédito orçamentário esteja empenhado até o final do exercício.
- (B) A liquidação é o estágio em que a despesa é autorizada e o crédito orçamentário é reservado para futura execução, assegurando o limite de gastos da unidade.
- (C) O empenho posterior à prestação do serviço caracteriza despesa de exercícios anteriores e só pode ser regularizado por anulação do serviço e recontração formal.
- (D) A liquidação da despesa exige a verificação do direito adquirido pelo credor, com base em documentos comprobatórios da entrega do bem ou da prestação do serviço.
- (E) O pagamento pode anteceder o empenho em situações de urgência, desde que haja previsão legal expressa e autorização do ordenador de despesas.

70

Durante a execução orçamentária de 2025, a Secretaria de Cultura de um estado brasileiro executou os seguintes gastos:

- 1) Pagamento de empresa contratada para realizar reforma estrutural no prédio de um teatro estadual tombado como patrimônio histórico.
- 2) Aquisição de poltronas e equipamentos de sonorização para esse mesmo teatro, incorporando-os ao seu ativo permanente.
- 3) Contratação de músicos para apresentação temporária durante o festival estadual de arte, com pagamento de cachês individuais.
- 4) Pagamento de diárias e passagens aéreas para servidores em missão oficial de representação cultural no exterior.
- 5) Subvenção social concedida a uma ONG que desenvolve oficinas culturais gratuitas em comunidades vulneráveis.

A equipe técnica teve dificuldades para classificar essas despesas quanto à sua natureza econômica, gerando inconsistências nas contas contábeis. Com base nas normas de classificação da despesa orçamentária e nos elementos do caso, assinale a alternativa correta.

- (A) As despesas 1 e 2 devem ser classificadas como despesas correntes, pois são realizadas para manutenção da infraestrutura e aquisição de bens de uso contínuo.
- (B) A despesa 3, por ser pontual e não criar vínculo empregatício, deve ser classificada como inversão financeira, pois promove atividade artística com impacto cultural mensurável.
- (C) As despesas 1 e 2 integram o grupo de despesas de capital, enquanto a despesa 5 é corrente, pois representa transferência sem contraprestação direta ao Estado.
- (D) A despesa 4 é classificada como inversão financeira, pois envolve gastos com viagens ao exterior e gera impacto indireto no patrimônio público.
- (E) A despesa 5, por se tratar de subvenção, é de capital, pois transfere recursos a entidades privadas com objetivo de investimento social a longo prazo.

71

Durante inspeção anual, o Tribunal de Contas identificou, no âmbito da Secretaria de Infraestrutura de um Estado, as seguintes ocorrências:

- 1) Pagamento efetuado em janeiro de 2025, com base em empenho regular de 2024, cujo serviço foi prestado em novembro de 2024 e liquidado no mesmo exercício.
- 2) Pagamento realizado em fevereiro de 2025, referente a serviço de manutenção predial realizado em agosto de 2023, cuja despesa não havia sido empenhada à época.
- 3) Utilização de cartão corporativo por servidor autorizado para aquisição emergencial de peças automotivas, no valor de R\$ 6.000, com prestação de contas apresentada dentro do prazo.
- 4) Empenho cancelado em dezembro de 2024, com posterior reinscrição como restos a pagar não processados em janeiro de 2025.
- 5) Despesa não inscrita em restos a pagar em 2024, mas cuja obrigação foi reconhecida administrativamente em 2025, referente a fornecimento de combustível ocorrido em dezembro de 2024, sem cobertura contratual regular.

Com base nas regras aplicáveis aos restos a pagar, despesas de exercícios anteriores e suprimento de fundos, assinale a alternativa correta.

- (A) A situação descrita no item 1 configura restos a pagar não processados, já que a despesa não foi paga dentro do exercício financeiro, devendo ser liquidada no exercício seguinte.
- (B) O item 2 corresponde a uma despesa de exercício anterior, que pode ser paga em 2025, mediante reconhecimento formal da obrigação e emissão de novo empenho.
- (C) O valor de R\$ 6.000 do item 3 configura irregularidade, pois extrapola o limite máximo permitido para suprimento de fundos, que é de R\$ 2.000 por evento, ainda que emergencial.
- (D) A reinscrição da despesa mencionada no item 4 como restos a pagar não processados é válida, desde que o pagamento ocorra até 31 de dezembro de 2025.
- (E) O item 5 deve ser tratado como restos a pagar processado, pois a despesa teve fato gerador ocorrido em 2024, ainda que não tenha sido empenhada ou liquidada naquele exercício.

72

Durante a análise das Demonstrações Contábeis do Estado de Mar de Ouro, relativas ao exercício de 2024, uma equipe de auditoria do Tribunal de Contas identificou as seguintes situações:

- I – Créditos de natureza não tributária, vencidos e inscritos para cobrança judicial, decorrentes de indenizações por danos ao patrimônio público estadual causados por atos ilícitos de particulares.
- II – Emissão de títulos públicos, com vencimento em 2032, para pagamento de precatórios inscritos em exercícios anteriores, após autorização específica da Lei Orçamentária Anual.
- III – Valores devidos a fornecedores de medicamentos e materiais hospitalares, liquidados e não pagos até 31/12/2024, inscritos como restos a pagar processados.
- IV – Operação de crédito junto ao BNDES, contratada em 2019, com carência de pagamento até 2025, cujas parcelas vencem até 2040, destinada à ampliação de rede ferroviária estadual.
- V – Empréstimo bancário de R\$ 180 milhões com vencimento em 6 meses, contraído para cobrir insuficiência de caixa na quitação de compromissos com servidores ativos.

Com base nas informações apresentadas e nas normas aplicáveis (Lei n. 4.320/1964, LRF e NBC TSP), assinale a alternativa que classifica corretamente as situações descritas quanto à natureza da dívida pública.

- (A) I – Dívida fundada; II – Dívida flutuante; III – Dívida flutuante; IV – Dívida fundada; V – Dívida fundada.
- (B) I – Dívida ativa; II – Dívida fundada; III – Dívida flutuante; IV – Dívida fundada; V – Dívida flutuante.
- (C) I – Dívida ativa; II – Dívida flutuante; III – Dívida ativa; IV – Dívida fundada; V – Dívida fundada.
- (D) I – Dívida flutuante; II – Dívida ativa; III – Dívida flutuante; IV – Dívida flutuante; V – Dívida fundada.
- (E) I – Dívida ativa; II – Dívida fundada; III – Dívida flutuante; IV – Dívida ativa; V – Dívida flutuante.

73

O Município de Serra Azul, com cerca de 45 mil habitantes, implantou, em 2024, uma política fiscal orientada à racionalização dos custos de cobrança da dívida ativa. Após estudo técnico, o setor de procuradoria fiscal recomendou a não inscrição em dívida ativa de créditos de pequeno valor, considerando que o custo de cobrança superava o valor recuperável dos débitos.

Nesse contexto, o Secretário de Fazenda determinou a suspensão automática da inscrição de débitos de até R\$ 200,00, relativos ao IPTU, alegando que tal medida visa a eficiência fiscal e racionalidade administrativa. Contudo, o Tribunal de Contas local apontou suposta renúncia de receita por ausência de previsão legal específica da decisão administrativa.

Considerando a legislação vigente, especialmente o disposto no art. 39-A da Lei n. 4.320/1964, incluído pela Lei Complementar n. 204/2023, aponte a alternativa correta quanto à regularidade da conduta administrativa.

- (A) A conduta do Secretário é irregular, pois a inscrição em dívida ativa é ato vinculado à existência do crédito tributário e independe da análise de economicidade da cobrança.
- (B) A medida é regular, desde que o ente federativo discipline por lei específica local os critérios e limites para não inscrição de créditos de pequeno valor, conforme autorizado pelo art. 39-A da Lei n. 4.320/1964.
- (C) A decisão é válida, pois o art. 39-A confere autonomia discricionária à administração tributária para fixar limites de cobrança, inclusive sem previsão normativa específica.
- (D) A atuação é irregular, pois o não encaminhamento para inscrição em dívida ativa de qualquer débito, ainda que de pequeno valor, configura renúncia de receita vedada pela LRF.
- (E) A medida do Secretário é válida, mas somente se houver ato conjunto do chefe do Poder Executivo e da Procuradoria-Geral, conforme estabelece a jurisprudência do STF para o controle da dívida ativa.

74

A Administração Direta do Município de Pedra Serena celebrou, com base na Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n. 14.133/2021), um contrato de prestação de serviços de engenharia para manutenção e reforma emergencial de pontes afetadas por fortes chuvas. O contrato, de natureza contínua, previa vigência de 12 meses, com possibilidade de prorrogação.

Contudo, durante a execução contratual, a contratada foi incorporada por outra empresa, que assumiu todas as obrigações e direitos contratuais. A Administração Pública, por cautela, suspendeu temporariamente os pagamentos e determinou a realização de diligência para avaliar a continuidade da execução pela nova empresa. Após análise técnica, concluiu-se que a incorporadora possuía plena capacidade técnica e jurídica para prosseguir com a execução.

Com base no caso apresentado, e à luz da Lei n. 14.133/2021, assinale a alternativa correta quanto à regularidade da conduta administrativa e à possibilidade de continuidade do contrato.

- (A) A incorporação empresarial implica extinção automática do contrato, pois viola a cláusula de pessoalidade típica dos contratos administrativos de prestação de serviços contínuos.
- (B) A Administração agiu em desconformidade com a lei ao suspender os pagamentos, pois a sucessão empresarial não autoriza interrupção das obrigações contratuais, devendo haver continuidade automática.
- (C) A sucessão empresarial permite a continuidade do contrato, desde que haja manifestação expressa do contratante e comprovação de que a empresa incorporadora atende às exigências de habilitação e qualificação.
- (D) A substituição da contratada é vedada, salvo em casos de contrato com objeto intelectual, como projetos técnicos singulares, em que se admita cessão com autorização prévia do ente contratante.
- (E) A nova contratada deve ser submetida a nova licitação ou à celebração de contrato emergencial, pois a alteração subjetiva do contrato viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

75

O Município de Vale Verde celebrou, após licitação na modalidade concorrência, contrato para reforma de um hospital público com a empresa Construmais Engenharia. Durante a execução do contrato, surgiram denúncias de que a empresa havia oferecido vantagem indevida a um servidor público que atuava como fiscal do contrato. Paralelamente, a Controladoria Geral do Município constatou que houve falha grave no edital da licitação, pois o projeto básico estava incompleto, comprometendo a formulação das propostas.

Após apuração preliminar, foi instaurado processo administrativo sancionador contra a empresa. O Prefeito, ao ser informado, determinou a revogação do certame e do contrato, alegando razões de interesse público, e solicitou a abertura de novo procedimento licitatório, desta vez por dispensa de licitação, com fundamento na urgência da reforma hospitalar.

Considerando o caso concreto e os dispositivos da Lei n. 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) A revogação do contrato administrativo e do procedimento licitatório pode ser realizada por conveniência da Administração, desde que respeitado o contraditório e a ampla defesa, e desde que o edital esteja eivado de vício insanável.
- (B) A revogação do procedimento licitatório e do contrato somente é cabível quando houver vício de legalidade, nos termos do princípio da autotutela, sendo vedada a revogação por razões de conveniência.
- (C) A aplicação de sanções administrativas à empresa contratada depende de prévia decisão judicial transitada em julgado quanto ao crime de corrupção, conforme o princípio da presunção de inocência e da reserva de jurisdição.
- (D) A dispensa de licitação em razão da urgência na contratação é permitida, desde que motivada e que a situação não decorra de omissão da própria Administração, nos termos da Lei n. 14.133/2021.
- (E) A anulação do contrato e da licitação deveria ser obrigatória, independentemente de contraditório, tendo em vista o vício material no projeto básico e a suspeita de corrupção, que comprometem a moralidade do certame.

76

Os princípios de Contabilidade representam o núcleo central da própria contabilidade, na sua condição de ciência social, sendo a ela inerentes. O Princípio que se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente é o:

- (A) da entidade
- (B) da continuidade
- (C) da oportunidade
- (D) da competência.
- (E) da prudência.

77

O patrimônio público é o conjunto dos bens, direitos que sejam portadores ou representem um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. Sobre o assunto marque a alternativa correta.

- (A) O ativo é um recurso de propriedade da entidade como resultado de evento passado
- (B) O patrimônio líquido ou situação patrimonial líquida é a diferença entre os bens e direitos que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido.
- (C) A propriedade legal de um recurso não é uma característica essencial de um ativo, mas é um indicador de controle.
- (D) O passivo é uma obrigação futura, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade
- (E) Os ativos com potencial econômico podem ser representados pelos ativos de recreação, do patrimônio cultural, comunitários, de defesa nacional, aeroportos, pontes e viadutos.

78

Considera-se realizada a variação patrimonial aumentativa (VPA), exceto:

- (A) quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.
- (B) nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo.
- (C) pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros.
- (D) na arrecadação de uma receita orçamentária.
- (E) no recebimento efetivo de doações e subvenções.

Eixo temático 5 – Transparência, Proteção de Dados, Comunicação e Atendimento ao Cidadão
Vitor Kessler, Maurício Franceschini e Josimar Padilha

79

À luz do art. 31 da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011) e de seus desdobramentos interpretativos, assinale a alternativa correta quanto à proteção da informação pessoal no setor público.

- (A) Todo e qualquer dado que identifique uma pessoa natural deve ser automaticamente sigilado, independentemente de contexto ou finalidade pública.
- (B) A presença de dados pessoais em documentos públicos impede sua divulgação sob qualquer hipótese, conforme previsto na LGPD.
- (C) Informações pessoais de agentes públicos, quando relacionadas ao exercício de suas funções, podem ser divulgadas, considerando o interesse público e a transparência.
- (D) A LAI impede a divulgação de atributos biográficos, mesmo quando não houver prejuízo à intimidade ou honra do titular.
- (E) O artigo 31 da LAI exige consentimento prévio e por escrito do titular para qualquer divulgação de dado pessoal, sem exceções.

80

Sobre o Catálogo Nacional de Dados (CND), ferramenta de apoio à governança de dados no setor público, assinale a alternativa correta.

- (A) O CND foi desenvolvido para substituir integralmente os sistemas de armazenamento de dados dos órgãos públicos.
- (B) O principal objetivo do CND é garantir o sigilo e a criptografia dos dados pessoais sensíveis da Administração Pública.
- (C) O Catálogo Nacional de Dados impede que os dados públicos sejam reutilizados, evitando usos indevidos por terceiros.
- (D) O CND organiza os conjuntos de dados por meio de metadados, permitindo sua descoberta e fomentando o reuso estratégico.
- (E) O uso do CND limita-se à gestão interna de documentos e processos administrativos em órgãos federais.

81

Julgue as afirmativas a seguir em Verdadeira (V) ou Falsa (F) sobre os conceitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):

- I – O titular, conforme a LGPD, é a pessoa natural ou jurídica a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- II – O controlador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- III – O operador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do titular dos dados.
- IV – “Dado automatizado” é a definição para o dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de julgamento das afirmativas.

- (A) V - V - V - F
- (B) F - F - V - F
- (C) F - V - F - F
- (D) V - V - F - F
- (E) V - F - V - V

82

Conforme o Art. 8º da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que trata sobre o consentimento para o tratamento de dados pessoais, analise as afirmativas abaixo:

- I – O consentimento do titular pode ser expresso verbalmente, desde que haja registro que demonstre sua manifestação de vontade.
- II – Se o consentimento for dado por escrito, a cláusula correspondente pode ser incluída junto às demais cláusulas contratuais, sem necessidade de destaque.
- III – É responsabilidade do titular dos dados provar que seu consentimento não foi obtido em conformidade com a LGPD.
- IV – O consentimento é válido mesmo que seja genérico, desde que o titular seja devidamente informado sobre os tipos de tratamento.

Está correto o que se afirma apenas em:

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Nenhuma das afirmativas está correta.

83

Com base no Art. 14 da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, assinale a alternativa correta.

- (A) O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes deve ser sempre condicionado ao consentimento de ambos os pais, não sendo suficiente o de apenas um deles ou do responsável legal.
- (B) Em casos em que a coleta de dados de crianças é necessária para contatar os pais ou responsável legal, esses dados podem ser armazenados temporariamente para futuras comunicações, mesmo sem o consentimento específico.
- (C) Os controladores têm a obrigação de manter pública a informação sobre os tipos de dados coletados de crianças, sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos dos titulares.
- (D) Para a participação de crianças em jogos ou aplicações de internet, os controladores podem solicitar qualquer informação pessoal que considerarem relevante, desde que com o consentimento dos pais.
- (E) A verificação do consentimento dado pelos pais ou responsável legal pela criança é uma responsabilidade apenas do próprio responsável, não cabendo ao controlador realizar esforços para isso.

84

De acordo com os artigos 42 e 43 da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que tratam da responsabilidade e do ressarcimento de danos, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O controlador será sempre o único responsável por qualquer dano patrimonial ou moral causado pelo tratamento de dados pessoais.
- (B) Em um processo civil, o ônus da prova de que o consentimento foi obtido legalmente cabe ao titular dos dados.
- (C) O operador responderá solidariamente pelos danos causados pelo tratamento de dados apenas se tiver seguido as instruções ilícitas do controlador.
- (D) Os agentes de tratamento (controlador ou operador) só não serão responsabilizados quando provarem que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiros.
- (E) As ações de reparação por danos coletivos não são admitidas pela LGPD, devendo os titulares buscarem reparação individualmente.

85

No que tange à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, analise as assertivas abaixo quanto às competências da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ANPD:

- I – Zelar pela proteção dos dados pessoais
- II – Editar regulamentos e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e RIPD
- III – Promover ações de cooperação internacional em proteção de dados pessoais.

São competências da ANPD o que consta apenas em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I, II e III.

86

Em relação à estatística, analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta.

- I – Se adicionarmos uma mesma constante a todos os elementos de um conjunto de dados, a média desse conjunto aumentará na mesma quantidade dessa constante.
- II – A mediana de um conjunto de dados é sempre um valor presente no conjunto de dados.
- III – A média é sempre igual à mediana.
- IV – Dado um conjunto de dados, a relação típica entre a média, mediana e moda em uma distribuição altamente assimétrica à direita (assimetria positiva) é Média > Mediana > Moda.
- V – Dadas duas variáveis aleatórias X e Y, onde a média de X é 6 e sua variância igual a 9. Sabendo que $Y = 2x + 3$, podemos afirmar que as médias e variância de Y são iguais a 15 e 36, respectivamente.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III
- (B) I, IV e V
- (C) II, IV e V
- (D) II, III e V
- (E) Todas as afirmativas

87

Indique, entre as opções a seguir, o método de amostragem que envolve a seleção de participantes com base em critérios específicos, como idade, sexo ou nível de renda, e não permite a generalização dos resultados para a população em geral.

- (A) Amostragem aleatória simples
- (B) Amostragem sistemática
- (C) Amostragem por quotas
- (D) Amostragem por conglomerados
- (E) Amostragem estratificada

88

Em estatística, uma distribuição amostral é a distribuição de probabilidade de uma estatística (como a média ou a proporção) calculada a partir de todas as amostras possíveis de um determinado tamanho retiradas de uma população. Assim, assinale a afirmação correta sobre a distribuição amostral da média.

- (A) A distribuição amostral da média é sempre simétrica, independentemente do tamanho da amostra.
- (B) A distribuição amostral da média é sempre normal, independentemente da distribuição da população.
- (C) A distribuição amostral da média tende a ser normal à medida que o tamanho da amostra aumenta, independentemente da distribuição da população.
- (D) A distribuição amostral da média é sempre igual à distribuição da população.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

89

Assinale a alternativa correta sobre a relação entre a média populacional e a média amostral.

- (A) A média amostral é sempre igual à média populacional.
- (B) A média amostral é sempre maior que a média populacional.
- (C) A média amostral é uma estimativa da média populacional e tende a se aproximar dela à medida que o tamanho da amostra aumenta.
- (D) A média amostral não tem relação com a média populacional.
- (E) A média amostral é sempre menor que a média populacional.

90

Sabendo que a Lei dos grandes números é um dos teoremas fundamentais utilizados na estatística inferencial, assinale a alternativa correta sobre esta Lei.

- (A) A Lei dos Grandes Números afirma que a média amostral é sempre igual à média populacional.
- (B) A Lei dos Grandes Números afirma que a variância da média amostral aumenta à medida que o tamanho da amostra aumenta.
- (C) A Lei dos Grandes Números afirma que a média amostral tende a se aproximar da média populacional à medida que o tamanho da amostra aumenta.
- (D) A Lei dos Grandes Números afirma que a distribuição da média amostral é sempre normal.
- (E) A Lei dos Grandes Números afirma que a média amostral é independente do tamanho da amostra.

Discursiva

Andrea Cerqueira

Texto 1

A administração pública brasileira tem enfrentado o desafio de formular políticas que não apenas atendam à pressão imediata de grupos sociais ou políticos, mas que sejam guiadas por evidências sólidas, com base em dados, indicadores e avaliações de impacto. O ciclo da política pública — formulação, implementação, monitoramento e avaliação — exige uma burocracia técnica capacitada e uma cultura institucional orientada por resultados.

Adaptado de: Peci, A. Governança e Gestão Pública: Novos Desafios. Editora FGV, 2021.

Texto 2

A falta de dados confiáveis, a fragmentação institucional e a politização das decisões são obstáculos para o avanço das políticas públicas baseadas em evidências no Brasil. Ainda predomina a lógica da intuição e da conveniência em muitos espaços decisórios.”

Observatório das Desigualdades, 2023

Texto 3

Países que avançaram na cultura de dados na gestão pública criaram instituições especializadas, fortaleceram suas carreiras técnicas e estabeleceram mecanismos de avaliação contínua. Sem isso, a política pública tende a ser dispendiosa, ineficiente e insatisfatória.

OCDE, Evidence-Based Policy Making, 2020.

Redija um **texto dissertativo-argumentativo** com **20 a 30 linhas**, em **norma padrão da língua portuguesa**, sobre o tema a seguir. Apresente seu ponto de vista de forma clara, fundamentada e coerente, utilizando exemplos, dados e raciocínios pertinentes.

DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS

Orientações para o candidato:

- Apresente uma **tese clara** sobre o tema proposto;
- Utilize **argumentos consistentes**, sustentados por raciocínio lógico, exemplos ou referências ao contexto da administração pública;
- Organize seu texto com **introdução, desenvolvimento e conclusão**;
- Evite cópias literais dos textos motivadores.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



2º Simulado
Concurso Nacional Unificado
Bloco Temático 5 - Administração (Pós-Edital)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	B	C	C	A	C	B	C	E
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	D	B	C	D	C	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	D	E	B	C	C	D	B	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	A	D	D	D	D	C	D	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	C	C	D	D	D	C	D	E	C
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	C	C	C	D	C	C	B	C	E
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
B	C	B	D	A	C	C	E	D	C
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
B	B	B	C	D	A	C	D	C	D
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
C	A	C	D	E	B	C	C	C	C

REDAÇÃO

SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva

CNU – 2º SIMULADO - BLOCO TEMÁTICO 5 - ADMINISTRAÇÃO (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS GERAIS

Desafios do estado de direito: democracia e cidadania

Samuel Marques

1

Em um debate promovido por uma universidade pública sobre o papel do Estado no pós-redemocratização brasileira, um dos palestrantes defendeu que o Estado Democrático de Direito implica não apenas o respeito formal às leis, mas também a implementação de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Com base nesse contexto e nos fundamentos constitucionais do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado Democrático de Direito brasileiro limita-se à legalidade e ao exercício periódico do voto, conforme os princípios liberais clássicos.
- (B) A Constituição de 1988 adotou um modelo de Estado liberal, com foco na proteção à livre iniciativa e redução da atuação estatal.
- (C) O Estado brasileiro, desde a Constituição de 1988, compromete-se com a promoção da dignidade da pessoa humana e da justiça social.
- (D) O modelo estatal adotado em 1988 busca reduzir o papel do Judiciário, evitando sua interferência nas decisões políticas e econômicas.
- (E) A Constituição Federal adota o modelo de Estado autoritário com viés intervencionista, em razão da forte presença estatal.

Letra c.

Assunto abordado: Formação histórica do Estado Democrático de Direito.

- (A) Errada. O Estado Democrático de Direito não se restringe à legalidade formal nem ao voto periódico. Vai além, com a promoção de direitos fundamentais e justiça social.
- (B) Errada. A CF/88 tem caráter social, não liberal clássico; busca equilibrar livre iniciativa com justiça social e proteção aos vulneráveis.

(C) Certa. Art. 1º e 3º da CF/88 evidenciam o compromisso com a dignidade humana, a cidadania e a justiça social.

(D) Errada. O Judiciário tem papel relevante na concretização de direitos, inclusive em casos de omissão estatal.

(E) Errada. A Constituição não é autoritária; adota a separação dos poderes e mecanismos democráticos de controle.

2

A Constituição Federal de 1988 é frequentemente chamada de "Constituição Cidadã", por ter estabelecido um catálogo extenso de direitos fundamentais e mecanismos de controle social. Desde então, novos movimentos sociais e demandas foram incorporados ao cenário público, exigindo respostas institucionais mais complexas. Nesse contexto, assinale a alternativa correta sobre os direitos fundamentais consagrados na Constituição.

- (A) Os direitos fundamentais de segunda geração, como os direitos sociais, dependem exclusivamente de regulamentação legislativa, não podendo ser exigidos judicialmente.
- (B) Os direitos fundamentais possuem aplicação imediata, conforme previsto no texto constitucional.
- (C) A eficácia dos direitos fundamentais é suspensa durante períodos de normalidade institucional.
- (D) Apenas os direitos expressos na Constituição podem ser reconhecidos como fundamentais.
- (E) Os direitos políticos não são considerados direitos fundamentais pela doutrina majoritária.

Letra b.

Assunto abordado: Constituição Federal de 1988: direitos fundamentais, sociais e políticos.

- (A) Errada. Embora dependam, em alguns casos, de políticas públicas, os direitos sociais podem ser exigidos judicialmente quando há omissão do Estado.
- (B) Certa. O art. 5º, §1º, da CF/88 assegura aplicação imediata dos direitos e garantias fundamentais.
- (C) Errada. A eficácia dos direitos fundamentais somente pode ser restringida em hipóteses excepcionais, como em estado de sítio ou defesa.
- (D) Errada. O rol é exemplificativo; outros direitos podem ser reconhecidos com base em tratados e princípios.
- (E) Errada. Os direitos políticos integram os direitos fundamentais, conforme doutrina e jurisprudência consolidada.

3

Durante uma aula sobre ciência política, a professora discutiu os desafios da governabilidade no presidencialismo de coalizão brasileiro. Ela destacou que, embora o Poder Executivo tenha prerrogativas importantes, sua atuação depende frequentemente da formação de alianças no Legislativo, o que nem sempre garante estabilidade.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O sistema político brasileiro favorece a governabilidade ao permitir a eleição direta de ministros de Estado.
- (B) A governabilidade é prejudicada pelo excesso de partidos políticos e pela necessidade de composições parlamentares heterogêneas.
- (C) A harmonia entre os Poderes impede qualquer forma de controle entre Executivo e Legislativo.
- (D) O Presidente da República, por deter a maioria parlamentar, tem competência primária para legislar.
- (E) O sistema de freios e contrapesos adotado no Brasil elimina qualquer risco de instabilidade entre os Poderes.

Letra b.

Assunto abordado: Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo e os desafios da governabilidade.

- (A) Errada. Os ministros de Estado são nomeados pelo Presidente, não eleitos diretamente.
- (B) Certa. A fragmentação partidária dificulta a formação de maiorias estáveis e compromete a governabilidade.
- (C) Errada. A harmonia entre os Poderes não exclui o controle recíproco; ao contrário, é pressuposto do sistema de freios e contrapesos.
- (D) Errada. O Presidente pode editar medidas provisórias, mas legislar é competência primária do Legislativo.
- (E) Errada. O sistema de freios e contrapesos pretende conter abusos, mas não elimina riscos de crise institucional.

4

No contexto da judicialização das políticas públicas, o Poder Judiciário tem sido provocado a decidir sobre temas como saúde, educação, moradia e assistência social. Em muitos casos, os tribunais determinam a entrega de medicamentos, a realização de procedimentos médicos ou o acesso a creches e escolas.

Com base nisso, assinale a afirmativa correta.

- (A) A judicialização de políticas públicas decorre exclusivamente do ativismo judicial, desrespeitando a competência dos outros Poderes.
- (B) O Judiciário deve abster-se de intervir em políticas públicas, pois isso compromete a soberania popular.
- (C) A intervenção do Judiciário é legítima quando busca garantir direitos fundamentais diante da omissão dos Poderes Legislativo e Executivo.
- (D) O Supremo Tribunal Federal tem vedado qualquer interferência judicial nas políticas públicas de saúde.
- (E) O controle jurisdicional de políticas públicas é inconstitucional em razão do princípio da separação dos poderes.

Letra c.

Assunto abordado: Judicialização de políticas públicas.

- (A) Errada. Nem toda judicialização decorre de ativismo; muitas vezes é resposta a omissões do Estado.
- (B) Errada. O Judiciário deve garantir direitos fundamentais, especialmente quando há omissão injustificada.
- (C) Certa. A jurisprudência do STF reconhece que o Judiciário pode atuar para assegurar direitos quando os demais Poderes forem omissos.
- (D) Errada. O STF admite, inclusive, a concessão de medicamentos fora da lista do SUS em determinadas hipóteses.
- (E) Errada. O controle jurisdicional é compatível com a separação de poderes, desde que dentro de seus limites constitucionais.

5

No processo de consolidação da democracia brasileira, a participação cidadã tem assumido novas formas, além do tradicional exercício do voto. A Constituição de 1988 prevê instrumentos de democracia participativa que permitem ao cidadão intervir diretamente na vida política do país.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) O referendo é convocado exclusivamente por iniciativa popular.
- (B) A iniciativa popular de lei federal pode ser apresentada sem qualquer exigência de número de assinaturas.
- (C) O plebiscito é realizado antes da deliberação legislativa do Congresso Nacional.
- (D) A Constituição Federal veda expressamente a consulta direta ao povo sobre temas legislativos.
- (E) A participação popular é exclusiva do período eleitoral.

Letra c.

Assunto abordado: Participação cidadã e democracia direta.

- (A) Errada. O referendo é convocado pelo Congresso Nacional, não por iniciativa popular direta.
- (B) Errada. A iniciativa popular exige 1% do eleitorado nacional, com distribuição em pelo menos cinco estados.
- (C) Certa. O plebiscito ocorre antes da deliberação do Congresso e deve ser convocado por ele.
- (D) Errada. A CF/88 prevê expressamente a consulta direta por plebiscito e referendo.
- (E) Errada. A participação pode ocorrer por conselhos, audiências públicas, conferências e outros canais permanentes.

Políticas públicas

José Wesley

6

Um programa governamental é financiado por recursos públicos para distribuir, gratuitamente, aparelhos auditivos a crianças com perda auditiva severa. Considerando a classificação das políticas públicas segundo Theodore Lowi, esse programa é caracterizado como uma política pública do tipo

- (A) distributiva, financiada por toda a coletividade.
- (B) distributiva, bancada pelos grupos mais ricos.
- (C) redistributiva, sustentada pela sociedade em geral.
- (D) regulatória, com custeio progressivo por faixa de renda.
- (E) regulatória, com base em subsídio universal.

Letra a.

Assunto abordado: 2.1. Fundamentos de políticas públicas: conceitos e tipologias.

- (A) Certa. As políticas distributivas beneficiam grupos específicos, como nesse caso, com o custo socializado pela coletividade.
- (B) Errada. A fonte de financiamento pode não ser exclusivamente dos mais ricos. A tipologia distributiva não exige isso.
- (C) Errada. Políticas redistributivas envolvem transferência de renda entre grupos sociais, o que não é o caso aqui.
- (D) Errada. A política descrita não regula comportamentos nem estabelece obrigações, logo não é regulatória.
- (E) Errada. Mesmo que seja universal, não é regulatória; e sim distributiva.

7

Considerando a tipologia de políticas públicas de Theodore Lowi, qual das opções abaixo exemplifica uma política pública redistributiva?

- (A) Ajuda emergencial a vítimas de enchente.
- (B) Campanha de vacinação nacional.
- (C) Reforma agrária com transferência de terras.
- (D) Entrega de cestas básicas para famílias em vulnerabilidade.
- (E) Criação de um novo código de defesa do consumidor.

Letra c.

Assunto abordado: 2.1. Fundamentos de políticas públicas: conceitos e tipologias.

- (A) Errada. Políticas emergenciais são, em geral, distributivas, pois atendem situações pontuais e específicas.
- (B) Errada. Trata-se de uma política distributiva de saúde pública com alcance amplo.
- (C) Certa. A reforma agrária é exemplo clássico de política redistributiva: transfere recursos (terra) de um grupo a outro.
- (D) Errada. A distribuição de alimentos é política distributiva, sem alterar estruturas de poder ou renda.
- (E) Errada. Criar regras de mercado é ação regulatória, não redistributiva.

8

Quando as políticas públicas são concebidas e executadas exclusivamente por órgãos estatais, a abordagem predominante é conhecida como:

- (A) policêntrica.
- (B) estado-cêntrica.
- (C) político-cêntrica.
- (D) tecnocêntrica.
- (E) endocêntrica.

Letra b.

Assunto abordado: 2.1. Fundamentos de políticas públicas: conceitos e tipologias.

- (A) Errada. A abordagem policêntrica envolve múltiplos centros de decisão e atores além do Estado.
- (B) Certa. Na abordagem estado-cêntrica, o Estado é visto como principal formulador e executor das políticas.
- (C) Errada. O termo político-cêntrico não é consagrado como abordagem teórica em políticas públicas.
- (D) Errada. A tecnocêntrica foca em soluções técnicas e especializadas, não necessariamente centralizadas no Estado.
- (E) Errada. "Endocêntrica" não é uma tipologia reconhecida na literatura sobre políticas públicas.

9

Um município decide adotar nova política tributária sobre imóveis urbanos. Imóveis de menor valor passam a ser isentos de IPTU, enquanto imóveis de alto valor terão alíquotas dobradas. Segundo a tipologia de Lowi, essa política é classificada como

- (A) constitutiva.
- (B) regulatória.
- (C) redistributiva.
- (D) distributiva.
- (E) intervencionista.

Letra c.

Assunto abordado: 2.1. Fundamentos de políticas públicas: conceitos e tipologias.

- (A) Errada. Políticas constitutivas tratam da criação ou reorganização de instituições e regras do jogo político.
- (B) Errada. Políticas regulatórias definem padrões de conduta ou impõem restrições, não é o foco aqui.
- (C) Certa. A alteração do sistema tributário para onerar mais os mais ricos e aliviar os mais pobres é redistributiva.
- (D) Errada. Políticas distributivas não envolvem transferência de carga tributária entre grupos.
- (E) Errada. O termo intervencionista é genérico e não pertence à classificação de Lowi.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora